



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEDC - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV**

IDIA CAROLLINE ROCHA DA SILVA

**A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PARA UM ENSINO DE GRAMÁTICA PROFICIENTE NA
ESCOLA PÚBLICA**

Conceição do Coité-BA
2016

IDIA CAROLLINE ROCHA DA SILVA

**A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PARA UM ENSINO DE GRAMÁTICA PROFICIENTE NA
ESCOLA PÚBLICA**

**Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção de graduação em Letras, com Habilitação em
Língua Portuguesa e Literaturas – Licenciatura, do
Departamento de Educação /Campus XIV, da
Universidade do Estado da Bahia (UNEB).**

Orientadora: Prof^ª Juréia Maria Ferreira da Silva

Conceição do Coité-BA

2016

IDIA CAROLLINE ROCHA DA SILVA

**A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PARA UM ENSINO DE GRAMÁTICA PROFICIENTE NA
ESCOLA PÚBLICA**

Aprovada em:/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Profª Juréia Ferreira (Orientadora)

Profª Ms. Paulo de Tarso

Profª Drª Janine Fontes

Conceição do Coité-BA
2016

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 A EVOLUÇÃO NO ENSINO: ABORDAGEM DIACRÔNICA	9
2.1 A HISTÓRIA DO ENSINO DE PORTUGUES NO BRASIL.....	9
2.2 O PRESENTE CENÁRIO DO ENSINO.....	14
3 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	17
3.1 COMO SE ORGANIZA O ENSINO DE PORTUGUÊS.....	17
3.2 O ENSINO DE GRAMÁTICA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL II.....	21
4 CONCEPÇÕES DE ENSINO: METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	25
4.1 INTERESSE PELA AULA DE PORTUGUES.....	26
4.2 PRIORIDADES NA APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS E CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR.....	27
4.3 HABILIDADES ADQUIRIDAS ATRAVÉS DAS AULAS DE LÍNGUA.....	29
4.4 REFORMAS NO ENSINO.....	31
4.5 GOSTO POR GRAMÁTICA	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meu Deus, minha rocha firme. Em todos os momentos da minha graduação estive certa de que Ele estava comigo, sua presença era constante e foi meu alicerce, por isso posso cantar: “Não tenho palavras para agradecer Tua bondade, dia após dia me cercas com fidelidade, nunca me deixes esquecer que tudo o que tenho, tudo o que sou, e o que vier a ser vem de Ti, Senhor. ”

Aos meus pais, que fizeram parte dessa caminhada comigo, principalmente à minha mãe, minha maior incentivadora e auxiliadora; que nunca me deixou desistir e nem permitiu que as circunstâncias me impedissem de alcançar meu objetivo.

A Neto, meu noivo, que, em amor, caminhou comigo, me permitindo compartilhar todas as alegrias e aflições da jornada acadêmica. Você, amor, sempre me fez acreditar que sou capaz. Obrigada pela confiança e paciência.

A minha família sou imensamente grata, pois estiveram sempre dispostos a me ajudar, em todas as áreas pude contar com o auxílio de vocês. Meu coração transborda em gratidão a Deus por ter vocês em minha vida.

Aos meus colegas de graduação, pelos momentos de interação, descontração e amizade. Mesmo sendo grata a todos, sem exceção, não posso deixar de citar especialmente: Carla, Cleide, Kléber, Elisângela, Eptácio (pela generosidade e por ter podido contar sempre com o seu auxílio), Lázaro (pela amizade, pelos momentos de descontração e parceria fiel) e Núbia (por ter se tornado uma pessoa tão querida e amiga).

Aos professores da graduação, pois aprendi muito, toda troca de experiência foi válida. Em especial, quero agradecer a Paulo de Tarso, pela generosidade e dedicação para com todos nós.

À minha orientadora Juréia, pela paciência, compreensão e partilha de conhecimento.

A todos os funcionários da UNEB, aos motoristas e cobradores das Sprinter, que sempre cobravam metade do valor da passagem, para nós estudantes (foram muitas aventuras entre idas e vindas rsrs). Em suma, para não esquecer ninguém, agradeço a todos que, de alguma maneira, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse concluir a graduação.

RESUMO

Nesta monografia está contido um retrospecto acerca do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, bem como, suas fundamentações, evoluções e objetivos observados em alguns períodos históricos do país. Portanto, traça um perfil histórico e atual do ensino de língua, centralizando o de gramática que é visto nas escolas: as dificuldades, as qualidades do ensino, os desafios e, conseqüentemente as mazelas encontradas, sem deixar de apresentar orientações para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e qualitativa de coleta e dados por entrevista aberta escrita, que resultou no diagnóstico que aponta para alguns equívocos no ensino de língua, os quais impedem a formação plenamente qualificada e proficiente dos usuários da Língua Portuguesa.

PALAVRAS- CHAVE: Ensino, Língua Portuguesa, Gramática, Escola Pública

ABSTRACT

This monograph is contained retrospect about the Portuguese language teaching in Brazil, as well as their foundations, developments and objectives observed in some historical periods of the country. Therefore, traces a historical and current profile language teaching, centralizing the grammar that is seen in schools: the difficulties of teaching qualities, challenges and thus the ills found without fail to present guidelines for the improvement of education /learning. The methodology used was the bibliographical and qualitative research and data collection, which resulted in the diagnosis those points to some misunderstandings in language teaching, which prevent the fully qualified and proficient training of users of the Portuguese language.

Keywords: Education, Portuguese Language, Grammar, Public School

1 INTRODUÇÃO

A obtenção da proficiência linguística sempre foi de suma importância para a formação profissional e social de qualquer indivíduo. O dever da escola, com o ensino de Língua Portuguesa sempre foi o de possibilitar a formação proficiente dos alunos.

A pesquisa procura apresentar questões acerca do processo de ensino de Língua Portuguesa, tanto em sua evolução diacrônica como em questões metodológicas do ensino atual. O interesse do trabalho é desvendar se o alunado da Escola Pública está sendo capacitado linguisticamente em sua formação escolar, se, tendo em vista as várias modificações que ocorrem no ensino, os recursos inovadores estão sendo utilizados para avançar positivamente no ensino/aprendizagem e disponibilizar sugestões para promover melhorias no ensino atual, a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

Considerando o percurso histórico do ensino de Língua Portuguesa, é possível perceber que a metodologia de ensino mudou e evoluiu bastante até a contemporaneidade, com a finalidade de sempre melhorar e alcançar resultados satisfatórios na formação de sujeitos críticos e competentes em sua língua materna e suas especificidades.

A gramática pode ser considerada uma das atividades das aulas de Língua Portuguesa. Sendo ela importante no processo de capacitação linguística dos alunos. As aulas da disciplina em questão são, em sua grande maioria, transmitidas de maneira tradicional, o que não proporciona maior interesse e interação de muitos alunos e, conseqüentemente, não lhes possibilitando uma aprendizagem significativa. O desinteresse, que é causado pela forma e o tipo de conteúdo que são apresentados aos aprendizes dificultam esse processo, resultando que os alunos não consigam compreender perfeitamente o funcionamento de sua língua materna.

Há a necessidade de reinventar a forma como se dá essas aulas, tanto na questão de como é apresentado aos alunos, quanto de como está sendo transmitido, partindo da ideia de que o problema no ensino de gramática não se aplica apenas na forma em que se detém, mas também na seleção e priorização dos conteúdos. Esta pesquisa torna-se interessante, porque muito se fala sobre a forma como se ensina gramática e/ou se deve ser ensinada, mas pouco sobre como deveria ser o ensino, e esta é a intenção desta pesquisa, contribuir para a formação do professor de Língua Portuguesa.

O objetivo deste trabalho é investigar e discutir o perfil atual do ensino de Língua Portuguesa e a evolução que este ensino sofreu aprofundando-se no ensino de gramática, nas aulas de língua, bem como as características do ensino/aprendizagem de Português no Ensino Médio das escolas da rede pública. A metodologia utilizada para a realização desse projeto é de pesquisa bibliográfica, empregando textos teóricos que informa sobre o processo histórico e a atual situação do ensino, recorrendo a autores como: Irandé Antunes, Luiz Antônio Marcurchi, Madga Soares e Luiz Carlos Traváglia, e Qualitativa de coleta de dados; a qual apresentará os métodos de ensino, carências e qualidades do ensino atual vistas pelos alunos.

Com a obtenção dos resultados levantados através da pesquisa qualitativa de coleta de dados, feita através de um questionário de entrevista escrita aberta a alunos do Ensino Médio de uma escola pública e observação participante nas aulas de Língua Portuguesa numa escola, cujo objetivo é diagnosticar o perfil de ensino indicando as possibilidades e, conseqüentemente, os desafios em oferecer ao alunado e professores da rede pública de ensino a construção de um conhecimento proficiente de Língua Portuguesa.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro trata da apresentação do percurso histórico do ensino de Língua Portuguesa, bem como, os acontecimentos que influenciaram na evolução diacrônica e metodológica do ensino de Língua. O segundo capítulo contém informações coletadas através de textos teóricos, matéria jornalística, artigos e pesquisas acadêmicas, que apontam para o presente cenário do ensino nas escolas públicas brasileiras.

No terceiro capítulo encontram-se os processos metodológicos, os resultados da pesquisa qualitativa e as propostas de ensino que se encaixem nas necessidades diagnosticadas nos resultados da pesquisa, para a melhoria do ensino/aprendizagem, em questão.

2 A EVOLUÇÃO NO ENSINO: ABORDAGEM DIACRÔNICA

2.1 A HISTÓRIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS NO BRASIL

O português é um idioma originado do latim de Roma, ou seja, faz parte das línguas românicas. Quando veio para o Brasil, trazido pelos portugueses, foi usado, inicialmente, como uma ferramenta de colonização. Os jesuítas foram os primeiros transmissores do idioma, eles se encarregaram de catequizar os índios e, por causa disso, os ensinar a língua de seus colonizadores. Atualmente, o uso do português possibilita aos usuários colocar-se em posição de vantagem ou desvantagem diante da sociedade, tornando-se uma ferramenta de poder.

O modo de ensino adotado pelos padres Jesuítas foi trazido das escolas de Paris, o *modus parisienses*. Através dele foram criados os primeiros programas pedagógicos deste país, que tinham características que permanecem até hoje no Brasil, como a distribuição dos alunos através de classes, as atividades e exercícios escolares e os bons costumes com as letras (CASAGRANDE, 2005).

Formar pessoas proficientes em Língua Portuguesa sempre foi parte importante no currículo escolar dos brasileiros, inclusive nas primeiras escolas (que eram de responsabilidade dos padres jesuítas), pois é necessário que um cidadão conheça bem seu idioma. ‘‘De 1549 a 1759, foram os padres jesuítas os únicos educadores no Brasil’’ (ibid, 2005, p. 88)

Os padres jesuítas foram também os pioneiros na formação de novos professores para o Brasil, ao instaurar Academias Literárias que reforçavam as aulas, nas quais só participariam os melhores alunos, se tornariam, esses, os futuros professores, pois os mestres que anteriormente vinham de Roma, requisitaram que o Brasil formasse seus professores Casagrande (2005).

Após mais de duzentos anos sendo quase que os únicos educadores no Brasil, os jesuítas, que ensinavam e ao mesmo tempo catequizavam, usando não só a língua portuguesa, mas também a dos primeiros habitantes, com a intenção de obter maior resultado na evangelização, foram expulsos do país e da liderança do ensino por interesses econômicos da Corte. O Marquês de Pombal foi o responsável pelo decreto de expulsão em 1759.

Com a expulsão dos jesuítas e a nova política sob a direção de Pombal, o ensino da língua tornou-se obrigatório, proibindo, ‘‘ como base fundamental da civilidade’’, o uso das línguas indígenas e das línguas gerais. (SALINO, 2012, p. 72)

Portanto, o reconhecimento da Língua Portuguesa como língua oficial do Brasil não era apenas importante para a propagação e o desenvolvimento do ensino, mas principalmente para o avanço colonizador da nação Lusitana nas novas terras.

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação. (ROMANELLI, 1978, p.36).

Todavia, os novos professores não estavam preparados para assumir tal responsabilidade, pois com a decisão mal elaborada do Marquês, esses professores não foram preparados. Com o alvará de 18 de junho de 1759, a educação no Brasil entrou em declínio e o nível escolarização da população não tinha importância primária para a Corte.

No início do novo século, no ano de 1808 já na fase imperial do Brasil, a Corte de Portugal vem para o Brasil, impulsionada pelo desejo de fugir de Napoleão Bonaparte, que desejava tomar Portugal. Ao chegarem aqui, a nobreza trouxe várias novidades e melhorias para o Brasil, pois esta terra seria (pelo menos por enquanto) seu novo país.

Em 1807, o imperador francês era o senhor absoluto da Europa. Seus exércitos haviam colocado de joelhos todos os reis e rainhas do continente, numa sucessão de vitórias surpreendentes e brilhantes. Só não haviam conseguido subjugar a Inglaterra. Protegidos pelo Canal da Mancha, os ingleses tinham evitado o confronto direto em terra com as forças de Napoleão (GOMES, 2008, p. 33).

Quanto à educação, a chegada da corte ao Brasil não modificou significativamente o seu estado. As aulas régias, instauradas no período pombalino, ainda funcionavam, mas agora os professores já eram mais valorizados, pois precisavam atender as necessidades da nobreza; entretanto, alguns nobres ainda optavam pelo ensino particular, pois se seus filhos tivessem

aulas em casa, com ensinamentos básicos de educação e de domínio da linguagem, estariam preparados para enfrentar os Colégios sem sua educação familiar ser corrompida (SALINO, 2012).

Isso pode ser comprovado através de anúncios de jornais da época. De acordo com Silva (1999):

Acha-se residindo nesta corte um sujeito que se oferece para ensinar por casar particulares a ler, escrever, e contar, por ser para isso um sumamente hábil: Quem precisar utilizar-se do préstimo do dito sujeito, poderá deixar o seu nome, e o lugar da sua morada na loja da Gazeta.

A preocupação dos portugueses com a educação de seus filhos, o domínio e a preservação da sua linguagem era crescente; o bom domínio da linguagem proporcionava aos novos estrangeiros a preservação não só de sua identidade, mas também de sua conduta e “superioridade” com relação aos demais habitantes do Brasil, era uma ferramenta de poder e estabilidade.

Com a independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822, e D. Pedro (filho de D. João) tornar-se o imperador do Brasil, o país provou mudanças consideráveis em sua legislação, história e também na educação. O novo imperador promoveu mudanças significativas na educação, pois até então o ensino era privado e não era acessível a todos. Uma de suas primeiras medidas foi a criação do “ensino mútuo” no qual os alunos mais evoluídos eram preparados para assumir o ensino de dez alunos. Essa medida foi tomada para suprir a falta de professores. Thomaz (2009). Assim:

O governo mostrou-se incapaz de organizar a educação popular no país; poucas, as escolas que se criaram, sobretudo as de meninas, que, em todo o território, em 1832, não passavam de 20 [...] e na esperança ilusória de se resolver o problema pela divulgação do método de LANCASTER ou de ensino mútuo que quase dispensava o professor, transcorreram quinze anos (1823-1838) até que se dissipassem todas as ilusões (AZEVEDO 1963, p. 564).

Como vimos, o ensino mútuo foi uma medida provisória para o melhor funcionamento da educação brasileira, no entanto essa ideia não obteve sucesso. Foram criadas também leis para que regessem melhor o funcionamento do ensino no Brasil. Em 15 de outubro de 1827, esse

projeto de lei que continha 17 artigos prometendo transformações na educação, incluindo o ensino de língua e gramática do português foi aprovado, como veremos a seguir:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Planalto do Governo).

Diante disso, podemos constatar que foram propostas melhorias para o ensino da época, incluindo sempre as aulas de língua e gramática, a fim de formar cidadãos capazes de refletir sobre a língua e fazer uso dela de forma consciente.

É importante destacar, que as gramáticas, que regulavam o uso do Português, evidentemente já existiam. Segundo Castilho, essas foram as primeiras gramáticas do Português:

1536 – Fernão de Oliveira, Grammatica da Lingoagem Portugueza. A obra apresentava cinquenta capítulos, desde a história da linguagem até noções de sintaxe, com destaques dos aspectos sonoros.

1540 – João de Barros, Grammatica da Lingua Portugueza. Seguiu a mesma filosofia humanista de Fernão de Oliveira: a exaltação da língua portuguesa, tida como a mais próxima dos padrões latinos.

1574 - Pero de Magalhães de Gândavo, Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa com um diálogo que adiante se segue em defesa da língua portuguesa.

1576 – Duarte Nunes de Leão, Orthographia.

1606 – Duarte Nunes de Leão, Origem da Lingoa Portugueza.

1619 – Amaro de Reboredo, Methodo Grammatical para todas as Lingoas.

1631 – Álvaro Ferreira de Vera, Breves Louvores da Lingua Portugueza.

1721 – Jerônimo Contador de Argote, Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina.

1736 – Luís Caetano de Lima, Ortografia.

1739 – João de Madureira Feijó, Ortografia.

1746 – Verney, Verdadeiro Methodo de Estudar.

1782 – Jerônimo Soares Barbosa, Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (CASTILHO, 2009. p.36).

Entretanto, até então, essas gramáticas que eram usadas nas aulas de língua, provinham de Portugal. De acordo com Araújo (2004), a primeira gramática brasileira da língua portuguesa foi o “Compêndio da Grammatica Portugueza”, do padre Antônio da Costa Duarte, editada pela primeira vez em 1829. Fora destinada às “Escolas de Primeiras Letras”, porém recobria aspectos de Fonética, Morfologia e de Sintaxe.

No ano de 1930 foi criado no Brasil o Ministério da Educação, que tem por finalidade dirigir o sistema educacional do país. Esse avanço foi um dos tantos que ocorreram na década de 30, época em que foi bastante movimentada as mudanças na educação do Brasil. Apesar de já ter sido criado, é apenas em 1953 que esse ministério, agora chamado de Ministério da Educação e Cultura, passa a atuar e a educação é administrada por esse órgão. De acordo com Thomaz (2009) em 1934, é decretado que a educação é um direito de todos e a responsabilidade de ser sancionada e ministrada é da família e do poder público.

Após anos de tentativas, em 1961 foi aprovada pelo senado a Lei 4.024/61, criando o projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 2001). Ela é responsável por regulamentar o ensino. Durante o regime Militar a educação no Brasil sofreu graves mudanças, muitas iniciativas de promover o ensino no Brasil, foram censuradas, por causa da ditadura. Mesmo assim, ainda foram tomadas algumas iniciativas como importantes como a criação de uma nova versão da LDB, Lei de diretrizes e Bases, instituída pela lei 5.692 de 1971. Em 1996 foi criada a nova LDB, sancionada até hoje.

Mesmo após anos ensinando o português, segundo Soares (2001), a disciplina só foi adicionada aos currículos escolares a partir das últimas décadas do século XIX, essa realidade dificultou a implantação de uma cultura de valorização do ensino de Português.

Até boa parte do século passado, o ensino de língua portuguesa era voltado para a elite, sendo tradicionalmente aplicado a partir da exploração da gramática normativa e suas regras. Na década de setenta, algumas mudanças começaram a transformar esse método de ensino e aprendizagem, e inicia-se um novo modelo de ensino, em que se passa a utilizar livros didáticos como ferramenta adicional, que até então não existiam, pois o ensino era voltado para a elite que já aprendia em casa as regras aceitas pela gramática normativa e chegava nas escolas com o conhecimento dessas regras (BEZERRA, 2007).

Durante muito tempo e até hoje, o ensino de Língua Portuguesa e Gramática vem sofrendo mudanças, esse histórico caracteriza os processos pelos quais o modo de ensinar passou. Portanto, durante todo o processo da educação no Brasil, o ensino de línguas está presente e ocupa um espaço significativo na formação dos alunos. Desde a época dos jesuítas, o domínio e o conhecimento das letras torna-se uma ferramenta de poder para o sujeito inserido numa sociedade. Por esse motivo é que se dá grande importância ao ensino e aprendizagem dessa disciplina. Sendo a gramática uma das áreas do ensino de português, que mais ocupam o tempo nas aulas, é necessário que esta seja bastante eficaz no que se dispõe a fazer, que é regular o uso do português dos falantes, segundo as suas normas.

2.2 O PRESENTE CENÁRIO DO ENSINO

O ensino de Língua Portuguesa vem sofrendo muitas transformações, e já não ocupa um lugar predominantemente tradicional, entretanto, quanto ao seu foco, é possível observar ainda a exploração da gramática, centralizando-se na normativa. As aulas dessa disciplina são ainda em algumas escolas transmitidas de forma tradicional e pouco dinâmica. Segundo Mizukami (1986, p. 11):

A abordagem tradicional é caracterizada pela concepção de educação como um produto, já que os modelos a serem alcançados estão pré-estabelecidos, daí a ausência de ênfase no processo. Trata-se, pois, da transmissão de ideias selecionadas e organizadas logicamente.

Essa ainda é a realidade encontrada em muitas escolas públicas. A abordagem tradicional dificulta uma construção de conhecimento, dentro de um entrosamento entre os alunos e o professor para juntos adquirirem o saber, pois os alunos limitam-se a meramente ouvir as exposições do professor, sem que haja uma interação e compreensão dos seus mestres sobre seu conhecimento de mundo e suas reais necessidades. Mizukami(1986) foi feliz ao apontar também, que os alunos apenas reproduzem de forma automática os conteúdos, sem a reflexão e o domínio dos mesmos, essas manifestações, infelizmente, muitas vezes são consideradas como conhecimento.

Embora ainda existam instituições e professores que conservam e defendem o ensino tradicional, uma proposta de ensino inovador está ganhando mais espaço e se mostrando mais

eficaz no processo de ensino, pois o mesmo leva em consideração o saber vernacular que, segundo Barbosa (2007), é o saber que é recebido no âmbito familiar e ampliado no convívio com a sociedade, e utiliza textos de diferentes gêneros para expor a gramática em suas diferentes classificações e promover a reflexão pelos alunos, proporcionando-lhes o conhecimento dessas gramáticas e ultrapassando o método tradicional de decoração de regras. A partir das últimas décadas do século XX, a linguagem passa a ser observada como ferramenta de comunicação e os textos não literários são introduzidos nas salas de aula, com o objetivo de fazer com que os alunos conheçam outras formas de confeccionar e apreciar textos.

Segundo Traváglia (2002), gramática é um conjunto de regras que rege o funcionamento de uma língua, e a gramática normativa ou tradicional é um manual com regras de bom uso dessa língua. Esse era o foco de ensino do português antes das transformações ocorridas no método de ensino, nesse sentido, o objetivo era ensinar a escrever bem, pois se sabe que nenhum brasileiro obedece completamente às regras da gramática tradicional em sua linguagem cotidiana.

Apesar de muitas transformações na metodologia das aulas de Língua Portuguesa, pesquisa feita pela ONG Todos pela educação e publicada na revista Veja, revela que apenas 27% dos alunos do 9º ano alcançaram o conhecimento adequado, demonstrando dominar os conteúdos de português, o restante permaneceu com baixos índices de aprendizado (Veja. 2013). Esse estudo nos revela os resultados do ensino atual de Língua Portuguesa nas escolas, apesar de serem vários os fatores que implicam para isto, as condições do ensino na sala de aula são uma das maiores responsáveis por esses baixos resultados.

Por isso, o ensino de Língua portuguesa deve alcançar objetivos para que a aprendizagem seja eficaz, os PCN salientam que:

O objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Organizar situações de aprendizado, nessa perspectiva, supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar, considerando-se sua especificidade e a inevitável transposição didática que o conteúdo sofrerá; saber que a escola é um espaço de interação social onde práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam, assumindo características bastante específicas em função de sua finalidade: o ensino (BRASIL, 1998, p. 22).

É possível perceber que esse trecho dos PCN caracteriza e delimita muito bem como deve ser o ensino e conseqüentemente a aprendizagem, pois esses são afins. Esta proposta inovadora para o ensino deve estar presente em todas as escolas nas aulas de Língua Portuguesa. Essa prática de ensino proposta pelos PCN produz a consequência de formar alunos capacitados linguisticamente, preparados para enfrentar as demais etapas da escolarização e inserir-se em qualquer realidade de forma consciente e segura, pondo em prática o que aprendeu na escola. Pode-se concluir que o ensino de Português passou e está passando por transformações, até que alcance um patamar de eficiência nas escolas públicas.

As ideias propostas para melhorar o ensino, indicadas principalmente pelos PCN, entre outros teóricos, têm surtido algum efeito na educação. Porém, cenário encontrado no ensino/aprendizagem da Língua pode ser bastante variado em diferentes contextos. É possível perceber que em algumas instituições de ensino exista maior proficiência entre os alunos, enquanto que em outras, nem tanto.

As propostas de inovação são fundamentais e bem esquematizadas, porém nem sempre são seguidas, esse ainda é um empecilho para que se obtenha um real resultado do efeito da metodologia de ensino inovador proposta.

3 AS ABORDAGENS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 COMO SE ORGANIZA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa ocupa um espaço importante no currículo das disciplinas ministradas na educação básica, grande parte da carga horária semanal das escolas são reservadas a essa disciplina, a fim de alcançar um resultado significativo na aprendizagem, não me refiro a aprendizagem da língua, pois todos sabem português, mesmo que não saibam disso, o que digo, é a aprendizagem das especificidades dessa língua, ou seja, como ela funciona.

Para maioria dos professores de língua, o objetivo das aulas de português é ensinar os alunos a ler, escrever e “falar bem”. Alguns entendem que há exigências diferentes para cada uma dessas habilidades, pois diferente do que acontece na oralidade, a escrita é regida pelas normas ortográficas, de acordo com a gramática normativa e, por isso, essas regras devem ser seguidas, para que haja coesão no texto escrito, entretanto, os mesmos sabem que não é apenas a coesão que faz um texto ser bem escrito, há outras habilidades que precisam ser adquiridas pelos produtores textuais, que vão além das normas gramaticais.

Muitos professores sabem que na fala não há regra, apenas variação, pois a mesma é encontrada em toda e qualquer situação onde há fala, portanto, onde há língua, há variação. Esses profissionais capacitam os alunos a conhecer e refletir sobre o uso da língua, sabendo usar as palavras certas nos momentos em que julguem adequados. A leitura é o caminho que deve ser seguido para que essas habilidades sejam alcançadas. Mas ler vai muito além de desvendar signos linguísticos, para a leitura ser proficiente é necessário que o leitor seja um bom interpretador de textos, para isso é necessário conhecer bem a língua escrita, as normas que a regem, ou vice-versa. Infelizmente muitos professores não compreendem essas necessidades e por causa disso, ensinam equivocadamente, valorizam muito a ‘fala correta’, a memorização de nomenclaturas e classificações e deixam de lado, muitas vezes, questões básicas do ensino que é a leitura com interpretação correta e a produção de textos coesos e coerentes. Como expõe Perini (2006, p. 27-28):

Ninguém, que eu saiba, conseguiu até hoje levar um aluno fraco em leitura ou redação a melhorar sensivelmente seu desempenho apenas por meio de instrução gramatical. Muito pelo contrário, toda a experiência parece mostrar que entre os pré-requisitos para o estudo da gramática estão, primeiro,

habilidade de leitura fluente e, depois um domínio razoável da língua padrão [...] Assim, para estudar gramática com proveito, é preciso saber ler bem – o que exclui a possibilidade de se utilizar a gramática como um dos caminhos para a leitura.

Para facilitar que tais coisas aconteçam, os professores, quase sempre, ficam à vontade para escolher qual metodologia de ensino adotar, antes da seleção do método que será usado, é necessário que o professor conheça os alunos, para compreender os desafios e as possibilidades do ensino em determinada turma ou escola.

O ensino de Língua Portuguesa é dividido em aulas de Gramática ou Análise Linguística, Literatura/Leitura e Redação, sendo esta última ministrada, muitas vezes, até por professores distintos. Portanto, há uma fragmentação na disciplina de Língua Portuguesa com relação aos seus demais componentes.

Alguns professores adotam o método conhecido como normativista, no qual, as aulas de gramática não se misturam com leituras, produção de texto, mas sim, permanecem com abordagens isoladas. O ensino da Língua se dá, neste sentido, através da palavra, segundo Antunes (2003). Dessa forma, encontramos no ensino a compartimentação das atividades de gramática, redação e literatura e/ou leitura. Sem que haja interação dessas, ou projetos que venham a abranger essas aulas dentro de apenas um projeto de trabalho integrador, pode dificultar uma aprendizagem eficaz do português.

As três modalidades que compõe o ensino de Língua Portuguesa, a saber, Gramática, Literatura/Leitura e Redação são importantíssimas para a aquisição da proficiência no conhecimento de Língua, portanto, é positivo que haja a interação e valorização das três, nas aulas de Língua Portuguesa, sem monopolizar nenhuma ou ensiná-las como se fossem disciplinas distintas, como se ler e entender uma obra literária não requisitasse conhecimentos gramaticais, ou escrever um texto fosse independente do conhecimento adquirido em leituras de textos literários ou não literários. Para um ensino proficiente nas aulas de Língua Portuguesa, os PCN orientam que:

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção

de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva (BRASIL, 1998, p. 27).

As aulas de Língua Portuguesa devem estar centradas em desenvolver nos alunos competências linguísticas, utilizando mecanismos de aprendizagem que promovam significação para as aulas de Língua, por meio da exploração consciente da gramática e a utilização de gêneros textuais, a fim de aprimorar a produção de textos orais e escritos.

As aulas de Literatura e Redação, mesmo estando no currículo das aulas de Português, ocupam um pequeno espaço na carga horária, uma vez que, grande parte é destinada às aulas de gramática. Ainda assim, as poucas aulas que lhes são reservadas, muitas vezes são desperdiçadas. Nas aulas de Literatura, por exemplo, geralmente, são apresentadas aos alunos as escolas literárias e suas características, os alunos devem memorizar cada momento da literatura, ou seja, a literatura é apresentada aos alunos de maneira que não estimula o gosto pela leitura. Oliveira (2010, p, 174) salienta que:

O enfoque histórico dado à literatura no ensino médio acarreta um sério problema: o professor tende a apresentar o maior número possível de autores e obras para dar conta de todos os movimentos literários no pouco tempo que dispõe. Em decorrência dessa diferença quantitativa entre tempo disponível e conteúdo a ser apresentado, o tratamento dado a obras e autores é inevitavelmente superficial.

Portanto, em muitas salas de aula, o ensino de Literatura tem sido substituído pelo ensino da história da literatura, e isso pode causar a defasagem no que deveria ser abordado nessa disciplina. Quanto à redação, as aulas reservadas são muito poucas para cobrir as necessidades dos alunos, que acabam por aprender sistematicamente, muitas vezes, as estruturas de uma redação e são instigados a produzirem textos dentro das normas, para que estes sejam avaliados e atribuídos notas pelo professor, isso pode tornar a escrita desestimulante.

É preocupante verificar que os professores contemplam a gramática, especialmente como atividade de exercitação da metalinguagem [...] consideram que ela seja uma disciplina normativa. Despreza-se quase totalmente a atividade de reflexão e operação sobre a linguagem, do que resulta uma organização dos trabalhos em compartimentos totalmente apartados: de um lado, redação e leitura com interpretação (estruturação/representações/comunicação de experiências, mais interpretação de experiências comunicadas), e de outro, gramática (conhecimento do quadro de entidades da língua, e, também, alguns conhecimentos do que se considera bom uso da língua (NEVES, 2002, p.238).

Percebemos, pelo exposto, que essas aulas (de literatura e de redação) aliadas às aulas de gramática, produziram os efeitos desejados nas aulas de português, que seria a leitura, oralidade e escrita proficiente, já que, se o professor se utilizar da literatura e da redação para contextualizar questões gramaticais, pode ser mais compreensível e significativo o aprendizado dos alunos.

Nas últimas décadas, o ensino tradicional vem perdendo espaço para modelos inovadores. É válido citar o ensino através do texto, cuja proposta é substituir as aulas de gramática pelas de análise linguística, que se contrapõe ao ensino anteriormente encontrado nas escolas, pois, esse, diferente do que acontece na maioria das aulas de gramática, em que, no ensino, mesmo que seja usado um texto como base, esse texto é fragmentado. Para o ensino dos conteúdos gramaticais são usados apenas palavras, ou seja, o ensino é através da palavra, de frases isoladas, descontextualizadas e não do texto. Antunes (2003) em contrapartida, retomando sobre as aulas de análise linguística, propõe que nessas seja usado o texto como um todo, o ensino, assim, é voltado para o texto e acontece através do texto de vários gêneros, explorados de forma a facilitar a compreensão dos alunos e proporcionar maior interação entre os conteúdos e o uso. Oliveira (2010. p, 49), diz sobre esse ensino que:

O professor atento ao desenvolvimento da competência discursiva de seus alunos prepara atividades de produção e recepção textual que os façam perceber, por exemplo, a função dos pronomes, dos sinônimos, das conjunções na articulação das partes de um texto. Além disso, o professor tem o cuidado de expor seus alunos a gêneros textuais diversos e não apenas a redação, que visa apenas aos exames do vestibular e do Enem.

Em suma, os professores têm em mão ferramentas diversas para tornar suas aulas edificantes e proveitosas, o uso dos gêneros textuais aproxima os alunos de suas realidades e proporciona interesse por parte das leituras e produções textuais, sem deixar de lado os conhecimentos gramaticais, que são articulados a essas ferramentas.

Em linhas conclusivas, o ensino de Língua Portuguesa é bastante controverso e pode ser concebido de diversas maneiras, desde modelos mais tradicionais aos mais inovadores, pois está em constante evolução, sempre visando a melhor maneira de formar cidadãos que compreendam as especificidades da língua materna e que refletem sobre ela, com uma visão crítica e consciente.

3.2 O ENSINO DE GRAMÁTICA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de explanar sobre o ensino de gramática, é importante esclarecer sobre o que é gramática. Não é fácil conceituar gramática, há várias e diferentes concepções sobre ela, que giram em torno de conceitos parecidos.

A gramática é dividida em, basicamente, três tipos, a saber, normativa, (geralmente a mais explorada e conhecida no contexto escolar) descritiva e internalizada. Gramática normativa é o conjunto de regras que devem ser seguidas, ela sugere o modelo padrão para o falante seguir na fala e na escrita. A gramática descritiva corresponde ao conjunto de regras que são seguidas, sua função é explicar as regras que os falantes seguem usualmente. Gramática internalizada é um conjunto de regras que os falantes dominam, ou seja, o conhecimento que os falantes possuem internamente e são compreensíveis dentro da língua. POSSENTI (1996) afirma que quaisquer desses modelos de gramática são encontrados cotidianamente no português, pois lidamos com a gramática diariamente, ela é inerente à língua que falamos. Assim:

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. [...] Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua (POSSENTI, 1996. p 30).

Portanto, já é sabido que todo aluno chega à escola sabendo gramática, a gramática da sua língua, que é adquirida no ambiente familiar e na comunidade a qual o indivíduo pertença, portanto, a gramática não é concebida na escola, os professores devem estar conscientes de que seus alunos possuem conhecimento, constroem frases e se comunicam utilizando a gramática. Segundo Vygostsky (1995, p. 87):

[...]o estudo da gramática é de grande importância para o desenvolvimento mental da criança. Ela não pode adquirir novas formas gramaticais ou sintáticas na escola, mas graças ao aprendizado da gramática e da escrita, realmente se torna consciente do que está fazendo e aprende a usar suas habilidades conscientemente [...].

Assim, o objetivo da escola com o ensino de gramática, é aperfeiçoar o conhecimento desse aluno sobre as regras e a funcionalidade da gramática da língua, tornando-os sujeitos

conscientes de que conhecem as regras que regem o funcionamento de sua língua, capazes de refletir sobre ela, conhecer os fenômenos recorrentes, constatar erros e adequar a modalidade oral nas várias situações comunicativas presentes na sociedade em que estão inseridos.

O ensino de gramática é ministrado desde as séries iniciais e vai até a conclusão do Ensino Médio. Desde o início da jornada escolar os estudantes lidam com as regras, normas, nomenclaturas e classificações que constituem o ensino de gramática. No contexto do Ensino Médio, (que é objeto da minha pesquisa) os alunos sentem maior necessidade de captar os conteúdos apresentados, pelos motivos de estarem concluindo o ensino regular e se preparando para os processos seletivos, que cobram dos candidatos aptidão em Língua Portuguesa, incluindo a gramática normativa da língua.

Neste sentido, as aulas de gramática ocupam grande parte das aulas de português, por isso, na maioria das vezes, a ela é atribuído maior valor, por muitos professores a considerarem bastante requisitada nos concursos, vestibulares e na capacitação do aluno a escrever, ler e “falar bem”. Essa afirmação não é de todo equivocada. Em sua essência, a gramática é indispensável no ensino de Língua Portuguesa, pois de acordo com Silva (2002): “Gramática é a arte de ler e escrever”. Assim, é fundamental que haja o ensino de gramática nas aulas de português, com o propósito de capacitar os alunos a ler e a escrever com proficiência, para isso, a gramática deve ser usada como mais uma das ferramentas de capacitação, mas nunca a única, pois sendo tratada isoladamente e descontextualizada, seus efeitos são insuficientes na formação de um sujeito/usuário da Língua Portuguesa crítico e proficiente, que sabe ler, escrever e “falar” bem.

Há, contudo, em algumas escolas a monopolização das aulas de gramática. Com relação a isso, Antunes (2009, p. 41) afirma:

No que concerne ao estudo de línguas, com raras exceções, temos tido, até o momento, um ensino centrado em gramática; melhor dizendo, em classificação e nomenclatura gramatical. Aula de língua equivale a aula de gramática. Das cinco aulas semanais de língua, três, no mínimo, são de gramática. A sobra fica para redação e literatura.

Já é sabido, pelo menos para muitos estudiosos, que o ensino de gramática totalmente desvinculado de reflexões, descontextualizado, distante das verdadeiras necessidades dos alunos, produz poucos resultados desejados e não é o método mais eficaz de utilizá-la em sala de aula. O ensino de gramática deve interferir e ser sustentado por outras categorias do ensino

de português, como a produção de texto, leitura, análise linguística, a oralidade entre outros. A interação desses faria com que desse um sentido mais concreto ao ensino de cada um, além de propor um significado ao uso das regras de gramática e até mesmo das nomenclaturas e classificações que tanto assustam os alunos. Infelizmente em muitas escolas da rede pública, a disciplina de gramática é tratada em sala de aula tão isoladamente que segundo Antunes (2009 p.32):

[...] de uns anos para cá, até mereceu uma carga horária especial, separada das aulas de redação e de literatura, como se redigir um texto ou ler literatura fosse coisa que se pudesse fazer sem gramática; ou como se saber gramática tivesse alguma serventia fora das atividades de comunicação.

Por isso, gramática é dependente da leitura, escrita de textos e da análise linguística, para ser concebida adequadamente, assim como não é possível a realização das mesmas sem ela.

Não é raro quando se ouve falar das complexidades e dificuldades em se “aprender português”. Atuando na rede pública de ensino, ouço os estudantes e professores falarem sobre as dificuldades do ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, muitos podem ser os fatores que levam os alunos a sentir tal dificuldade, acredito não ser apenas um fator de cunho conteudístico, mas de leitura e interpretação e de escrita de textos. Quanto à questão dos conteúdos, geralmente, a gramática acaba sendo responsabilizada, não há como esconder a complexidade da gramática da Língua Portuguesa, a ineficácia na aquisição dos conhecimentos gramáticos que são cobrados dos alunos ao concluírem o ensino regular, e, isso, se deve a muitos fatores, o que resulta na busca do aperfeiçoamento e desenvolvimento de estratégias de ensino, propostos por teóricos da língua e ambicionados pelos professores, que desejam melhorar a aquisição dos conhecimentos linguísticos.

Há, infelizmente, no ensino de gramática alguns equívocos, um dos mais recorrentes é a questão do que se deve ensinar. Temos, por exemplo, a definição das classificações, que são as classes gramaticais, muitas vezes equivocadas, além das temidas nomenclaturas, que diferente das regras, proporcionam ao aluno uma dificuldade, o que faz com que alguns tentem apenas gravar e reproduzi-las meramente, sem refletir sobre, quando o que precisa é que eles a identifiquem e usem-nas, sempre que necessário. Assim, Ilari (1985. p 55) esclarece:

Dedica-se uma parte preponderante das aulas de gramática à assimilação de uma nomenclatura gramatical cuja funcionalidade é linguisticamente discutível e que, aliás, não encontra aplicação imediata fora dos exercícios de análise [...]

Entretanto, os conteúdos, em questão, devem ser ensinados e lembrados na escola, pois também fazem parte da formação do aluno, mas não devem ser frisados e apresentados de maneira descontextualizada, nem receber importância maior do que a que cabe a eles.

De tempos em tempos o ensino vem sendo aperfeiçoado para alcançar as competências propostas nas aulas de português. Em linhas gerais, sabe-se que é de suma importância que os alunos tenham acesso ao ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa, independentemente do método de ensino que o professor adotar para apresentar esses conteúdos, é necessário que haja interação e construção de conhecimentos nas aulas de língua, utilizando-se os textos e ferramentas que forem necessárias na aquisição da proficiência linguística.

4 CONCEPÇÕES DE ENSINO: METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa se constitui na análise do perfil dos estudantes, professores e, por conseguinte, no que concerne ao ensino de Língua Portuguesa na escola pública. Para a identificação deste retrato utilizou-se a observação participante e questionário de entrevista escrita aberta, contendo seis perguntas acerca do ensino/aprendizagem, segundo a opinião deles, que torna a coleta de dados mais precisa.

Os sujeitos protagonistas desta investigação foram vinte e um alunos do 2º ano do Ensino Médio (que responderem a entrevista), de uma escola estadual na cidade de Conceição do Coité-BA. Para a análise dos dados e preservação da identidade dos sujeitos envolvidos, nesta pesquisa, foram utilizados pseudônimos e durante a realização do questionário de entrevista foi orientado aos alunos que não pusessem o nome na folha do questionário, para que eles se sentissem mais à vontade em exprimir suas opiniões, dessa maneira, acredita-se que as respostas contenham maior veracidade.

A partir das observações das aulas de Português na turma entrevistada, constatou-se que o ensino é dividido entre aulas de Literatura e de Gramática, ministradas separadamente por dias alternados; Redação é uma disciplina à parte, ministrada por um professor diferente, portanto, não faz parte da grade das aulas de Língua Portuguesa. Ainda durante a observação, constatou-se que a turma, mesmo mostrando-se disciplinada, possui bastante dificuldade em leitura e interpretação de textos, sem contar os conteúdos gramaticais e habilidades linguísticas que, no estágio de formação escolar em que eles estão já deveriam, pelo menos, compreender os aspectos mais corriqueiros frequentes como, por exemplo, as classes gramaticais como: adjetivo, artigo, pronome etc., possuírem desenvoltura na leitura, compreensão e interpretação de textos, bem como dispor de uma escrita coesa e coerente.

A presença da professora na sala de aula é marcada por respeito e autoridade, contudo há pouca interação entre os alunos na aula.

Para compreender melhor as possíveis falhas no sistema de ensino, bem como as dificuldades e acertos quanto às aulas de gramática, no questionário de entrevista que os alunos responderam está contido, para fins de análise, seis perguntas objetivas que apontam para um diagnóstico prioritário capaz de atender aos objetivos da pesquisa.

4.1 INTERESSE PELA AULA DE PORTUGUÊS

Para início de conversa, foi questionado aos alunos uma das indagações prioritárias da pesquisa realizada, se eles gostavam das aulas de português e o porquê. Dos vinte e um alunos entrevistados, aproximadamente 57% afirmaram que sim, 33% que não e cerca de 10% disseram “mais ou menos”.

Quando questionados acerca do motivo de suas respostas, constatou-se a presença de opiniões bem divididas. Os que responderam “não” ou “mais ou menos” justificaram suas respostas apontando os motivos. Aproximadamente 33% disseram que as aulas eram monótonas ou utilizaram o termo: “chatas”, para caracterizar a disciplina”. 33% afirmaram apresentar dificuldades em aprender os conteúdos e os demais 33% mostraram não se identificar ou não gostar da matéria. Quanto aos que atestaram estimar as aulas de Língua Portuguesa, exatamente 50% indicaram que gostam por possuírem interesse em conhecer e “dominar” a língua materna, os demais, totalizando 50% apresentaram justificativas distintas. Os PCN (2000, p. 14), afirmam que os alunos devem “Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade”.

Fica explícito através desses dados que a maioria dos alunos gostam das aulas de Língua Portuguesa, contudo, ainda assim, um dado no mínimo perturbador é revelado quando questionados acerca dos motivos; os que não gostam das aulas, em suas explicações, preocupam, pois consideram as aulas monótonas, quando não, apresentam dificuldades na aprendizagem ou, simplesmente, não se identificam. Como podemos confirmar quando o aluno Pedro diz: “Não. Porque são chata e o conteúdo não entra na minha cabeça”. De acordo com essas informações é entendido que se faz necessário que as aulas de Língua Portuguesa promovam interesse aos alunos, para que os mesmos possam desenvolver melhor suas competências comunicativas. Referindo-se as aulas de Língua Portuguesa, Oliveira (2010, p. 43) diz que:

Ajudar o estudante a se comportar linguisticamente em diversas situações de interação social é o objetivo principal das aulas de português, que não deveriam ter como foco principal o ensino de gramática normativa por meio da nomenclatura que a descreve de forma inconsistente. Ensina-se português aos brasileiros para ajudá-los a desenvolver sua competência comunicativa.

Assim, é visto que o principal objetivo do ensino de Língua Portuguesa é proporcionar que o alunado desenvolva sua competência comunicativa, uma vez que a memorização das regras gramaticais e a metodologia empregada nas aulas de Língua acarreta monotonia, desinteresse e dificuldade aos alunos, desse modo, deve haver mudança de foco nas aulas de Português, favorecendo, assim, o ensino/aprendizagem.

4.2 PRIORIDADES NA APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS E CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR

Desde as séries iniciais do Fundamental II, os discentes elegem disciplinas e/ou conteúdos com os quais mais se identificam e, também, que consideram mais importantes quanto à formação escolar, seguindo os seguintes questionamentos: “Para quê serve isso que estou aprendendo?” ou “Onde e quando vou precisar usar esses conteúdos?” Diante dessa realidade encontramos alguns equívocos nessa eleição por questões da falta de conhecimento sobre a relevância que possuem essas disciplinas e/ou conteúdos. Esses são alguns dos dilemas que o professor enfrenta no cotidiano da sala de aula, situações que, muitas vezes, eles não conseguem lidar. A seguinte afirmação de Mizukami (2002, p. 14) referencia a situação descrita, vejamos:

No cotidiano da sala de aula o professor defronta-se com múltiplas situações divergentes, com as quais não aprende a lidar durante seu curso de formação. Essas situações estão além dos referenciais teóricos e técnicos e por isso o professor não consegue apoio direto nos conhecimentos adquiridos no curso de formação para lidar com elas.

Quando questionados sobre os saberes que eles consideravam prioritários para aprender em Língua Portuguesa, aproximadamente 34% entendem que o aprendizado mais importante a ser adquirido nas aulas de Português é a leitura e escrita proficiente, 33% não souberam responder e 24% dos entrevistados tiveram respostas distintas dos demais. Os restantes 9% creem que as regras gramaticais possuem a primazia. Considerando a eleição que os alunos fazem dos conteúdos mais importantes a serem estudados, Antunes (2003, p. 123) sugere que

Valia a pena que o professor tivesse o cuidado de explicitar para o aluno os termos de tal objetivo, mostrando-lhe, em cada atividade, para que a aquisição daquela noção ou daquela habilidade lhe convém.

A partir desses dados percebe-se que os alunos, entendem a importância de saberem ler e interpretar todo e qualquer texto da língua portuguesa e, indispensavelmente, escreverem textos coesos, coerentes em sua estética e repleto de conhecimento exigido ao contexto. Acerca da aptidão na leitura e escrita Possenti (2000, p. 37) salienta que: “Se a escola tiver um projeto de leitura, isso pressupõe que ele terá cada vez mais contato com a língua escrita, na qual se usam as formas padrão que a escola quer que ele aprenda”. Assim, compreende-se que a leitura, a escrita e o domínio das normas gramaticais estão diretamente entrelaçadas, e a escola deve fazer uso dessa possibilidade. Através da leitura de textos, os alunos aperfeiçoam a escrita e, concomitantemente, tem acesso a regras gramaticais. Assim, é papel da escola desenvolver atividades que promovam a socialização dessas habilidades e conhecimentos, pois é possível perceber que, quando o aluno tem acesso a leitura, fica mais fácil desenvolver a escrita e se o professor se utilizar de textos para ensinar as regras da gramática aos alunos acontece o aprendizado e aperfeiçoamento dessas três competências simultaneamente.

Uma das prioridades para a obtenção de uma escolarização que promova significado, eficiência, habilidades linguísticas e proficiência em Língua Portuguesa é a formação e capacitação dos professores. Quando os regentes estão preparados para assumir salas de aula, nas quais encontrarão diversos desafios a serem enfrentados, é necessário dispor de mais que conhecimento teórico, mas de estratégias de ensino que despertem a consciência e o prazer dos alunos para aprender. Os PCN (1997, p. 75) determinam que:

O professor deve estar consciente de que dele se espera que saiba dispor dos conhecimentos próprios de sua especialidade. [...] Cabe ao professor do ensino médio adquirir paulatinamente a consciência do público a quem dirige seu discurso, levando em conta o fato de serem adolescentes, trazerem uma bagagem de conhecimentos adquirida ao longo de seu processo anterior de escolarização, serem parte de um grupo social dotado de características próprias, que eventualmente os diferencia de outras comunidades.

Incumbidos de informarem suas opiniões, também, acerca da capacitação dos professores que cruzaram suas trajetórias escolares, 76% dos alunos responderam que consideram seus professores anteriores e atuais capazes e competentes para ministrar a disciplina. O aluno Maurício narrou que: “Sim, por que a maioria dos professores são formados na disciplina e são bons educadores”. Cerca de 24% mostraram-se indecisos, revelando que alguns regentes mostraram--se capazes, porém outros em menor intensidade, nenhum sequer alegou incompetência de seus professores.

Refutando, os alunos entrevistados, em sua maioria, entendem que seus professores estão capacitados a ministrar aulas de Português, alegando que capacitação profissional consiste apenas em domínio de conteúdos. Um professor capacitado e estimulado, conseqüentemente, também, estimula seus alunos, dessa maneira é importante que os professores estejam aptos não apenas linguisticamente para ministrar as aulas, mas capazes de desvendar as dificuldades e necessidades educacionais de seus alunos e corresponder, em suas aulas, aos desejos e necessidades dos que estão em processo de construção do conhecimento.

4.3 HABILIDADES ADQUIRIDAS ATRAVÉS DAS AULAS DE LÍNGUA

Em uma determinada pesquisa realizada pela revista *Veja*, em 2013, e citada no presente trabalho, se expôs informações inquietantes acerca da aprendizagem dos alunos ao saírem do ensino regular, pois os referenciados dados manifestam que o alunado, após concluir o Ensino Médio não compreendem as articulações de sua língua materna, os mesmos não se sentem aptos conhecedores das regras e conteúdos ensinados nas aulas de Português. Acerca de conhecimento e habilidades adquiridos por um sujeito, Canale e Swain (1980, p. 5 *apud* OLIVEIRA, 2010. p. 47) explicam o seguinte:

Conhecimento [...] se refere àquilo que um indivíduo sabe (consciente e inconscientemente) sobre a língua e sobre outros aspectos do uso comunicativo da língua; habilidade se refere a quão bem ele pode realizar esse conhecimento em comunicação real.

Assim, é de extrema importância que a preparação aconteça de maneira eficaz na escola pública, caso queiram ingressar numa universidade, é preciso que eles dominem os conteúdos gramaticais, a leitura e a escrita. Para além dos processos seletivos, faz-se necessário para todo e qualquer falante de uma língua, que os mesmos reflitam e conheçam as características de sua língua materna, sendo capazes que se expressarem através dela e produzirem textos orais e escritos bem elaborados e pertinentes no contexto em que o texto e o escritor estão inseridos, promovendo significação as suas ideias. Para que tal coisa aconteça, convém que os sujeitos usuários da língua possuam habilidades para ler, compreender e interpretar o que está nas linhas e entrelinhas de um texto.

Em determinado momento da entrevista, foi questionado aos alunos se eles acreditam que aprenderam os conteúdos da disciplina referida e por qual motivo chegaram a determinadas

conclusões. Foram encontrados os seguintes dados: 47% entendem que não aprenderam o suficiente ou como gostariam 29% responderam que sim, 24% informaram que não aprenderam os conteúdos. Indagados sobre os motivos considerados por eles para tal afirmação, esses foram bem distribuídos: 28% descreveram que sabem que aprenderam porque compreendem o assunto e/ou têm facilidade com a disciplina, 28 % revelaram que o motivo de não haverem aprendido foi a falta de interesse quanto aos estudos, 28% salientaram que possuem dificuldade em relação à matéria e outros 14% comunicaram motivos distintos.

As informações acima expostas divulgam a atual situação do ensino/aprendizagem na escola pública pesquisada; a maioria sente-se insatisfeitos com o nível de conhecimentos adquiridos. Levando em consideração que apenas 29% afirmam ser conhecedores dos aspectos linguísticos e gramaticais de sua língua materna, fica explícito que existem fatores no ensino que devem ser revistos, pois o objetivo do ensino não está sendo contemplado com plenitude. Os motivos informados pelos entrevistados são vários, porém nenhum justificável. Nesse sentido, inúmeros teóricos da Língua Portuguesa oferecem contribuições para a melhoria do ensino, a exemplo, podemos citar a opinião de Possenti (2000, p. 37), referente à metodologia e seleção de conteúdos:

O que já é sabido não precisa ser ensinado, de forma que os programas anuais poderiam basear-se mais num levantamento do que falta ser atingido do que num programa hipoteticamente global que vai do simples ao complexo, preso a uma tradição que não se justifica.

Sabe-se que ao chegar à escola, os alunos já possuem conhecimentos linguísticos que os permitem comunicar-se, e conhecem algumas regras gramaticais. Além de considerarem as aulas de Língua difíceis de compreender, os alunos não têm se interessado por essas aulas e a consequência disso é a má formação linguística.

É dever da escola estimular os alunos a quererem assistir e participar das aulas de Língua Portuguesa, para isso, o professor deve se conscientizar, no momento de selecionar os conteúdos, de que as aulas precisam ser atrativas e os conteúdos pertinentes, os alunos não devem apenas decorar regras e conteúdos que ouvem do professor, mas querer participar do processo de aprendizagem, conscientes da importância que há em compreender a Língua Portuguesa e suas especificidades.

4.4 REFORMAS NO ENSINO

O ensino de Língua Portuguesa experimentou algumas transformações em seu âmbito metodológico e, também, teórico. Com a constante modificação linguística ocorrida no Português do Brasil e na sociedade, foi necessário haver alterações e adaptações no ensino da língua.

A respeito de melhorias no ensino, propostas pelos alunos quando questionados na entrevista, tendo em vista a realidade escolar em que estão inseridos, eles foram bem enfáticos: 57% defenderam a necessidade de mais dinamismo, interatividade e utilização de recursos inovadores e/ou tecnológicos para a realização das aulas. Acerca disso, vejamos o que a aluna Paula apontou: “Coisas diferentes. Na maioria das vezes os professores falam demais e ouvir demais, cansa”. ; 23% dos entrevistados tiveram opiniões diversas e distintas das demais, apenas 19% estão satisfeitos com o andamento das aulas de Português, a exemplo do aluno Kaique que dissertou: “Ah, eu acho que está tudo bom. O ensino está indo bem, acho que tudo tem seu tempo, então ao passar do tempo vai mudando o conteúdo ”. Ver-se pelas falas, que as aulas e abordagens do ensino ainda são bem tradicionais. Sobre a tendência tradicionalista do ensino, nas palavras de Faraco e Castro (2000, p. 180), entende-se que:

A crítica básica e fundamental dos lingüistas ao ensino tradicional recaiu sobre o caráter excessivamente normativo do trabalho com a linguagem nas escolas brasileiras. Segundo essa crítica, as nossas escolas, além de desconsiderarem a realidade multifacetada da língua, colocou de forma desproporcional a transmissão das regras e conceitos presentes nas gramáticas tradicionais, como o objeto nuclear de estudo, confundindo, em conseqüência, ensino de língua com o ensino de gramática. Aspectos relevantes do ensino da língua materna, como a leitura e a produção de textos, acabaram sendo deixados de lado.

Pelo cenário apresentado há uma defasagem na formação docente, quando se refere às práticas de ensino inovadoras, se tratando das aulas de Língua Portuguesa, pois, no ensino de gramática, alguns professores ainda se prendem à utilização de ferramentas tradicionais, como o livro didático e o quadro branco para ensinar regras e conceitos gramaticais, não havendo contextualização, sem, muitas vezes, fazer uso do texto para promover significado às palavras soltas. Tomaz e Sartor (2010, p.02), revelam possibilidades para o ensino inovador, que aproxima o aluno das aulas e da Língua Portuguesa, promovendo maior interação entre professor/aluno, assim:

Ao diversificar suas aulas e propor atividades que despertem a atenção dos alunos, o professor ao mesmo tempo estará aproximando o aluno da escola, de maneira que o mesmo sinta prazer e motivação em estar no ambiente escolar. É preciso que o professor tenha definido seus objetivos de forma clara ao planejar suas aulas, fazendo a união entre o ensino dos conteúdos e o lúdico, lembrando que deve considerar sempre as particularidades e especificidades de seus alunos, valorizando os ritmos de aprendizagem de cada um.

O alunado contemporâneo deseja ser protagonista do processo de ensino, não apenas receptores, e para que isso aconteça fazem-se necessárias aulas atrativas. Infelizmente, ainda em algumas escolas, o ensino é tradicional e os alunos meros espectadores que apenas tentam memorizar os conteúdos (BEHRENS, 2011). Para que a realidade do ensino seja transformada e os alunos assumam o papel ativo no processo de aprendizagem, o professor deve facilitar e mediar a construção do conhecimento linguístico.

4.5 GOSTO POR GRAMÁTICA

A gramática é uma das ramificações presentes no ensino de língua que, por muitas vezes, é a protagonista das aulas de Português. É indiscutível que se torna necessário que um sujeito proficiente linguisticamente possua conhecimento e habilidades em gramática, por isso ela deve ser ensinada nas escolas, entretanto, apenas domínio dos conjuntos de regras não é suficiente para a formação linguística e competente do indivíduo usuário da Língua Portuguesa. Traváglia (2002, p. 16) pondera que:

[...]o ensino de gramática seja pertinente para a vida e possibilite que a pessoa viva melhor por conseguir veicular por meio da língua os significados e sentidos daquilo que chega até ela e de que forma chegam, sendo capaz de perceber estratégias argumentativas, significativas e de relação social e cultural concretizadas no dizer.

Em resposta à indagação referente a simpatia que o alunado dispõe pela gramática, revelou-se que: 42% dos alunos entrevistados não gostam de gramática, 28% admitiram que se agradam da disciplina, a exemplo de Rebeca que expôs o seguinte: “Sim, gosto é importante para o nosso aprendizado. ”, 28% revelaram que gostam “mais ou menos” ou “não muito”, conforme os termos usados pelos próprios alunos para responder. Perini (2002, p. 49) aponta que

[...] o ensino de gramática tem três defeitos, que o inutilizam enquanto disciplina: primeiro, seus objetivos estão mal colocados; segundo, a metodologia adotada é seriamente inadequada; e terceiro, a própria matéria carece de organização lógica.

Um dos aspectos observados nas aulas observadas para a coleta de dados foi justamente questões metodológicas e objetivas do ensino. Os alunos reclamavam constantemente e demonstravam desinteresse, com reclamações acerca da metodologia que era empregada nas aulas.

Referente aos resultados da pesquisa acima apresentados, é possível perceber que gramática não desfruta da afeição da grande maioria dos alunos, mesmo aqueles que foram parciais mostraram que não se agradam muito da disciplina. Esse panorama necessita ser transformado para que haja qualidade no ensino. Torna-se importante que os sujeitos que terão acesso à gramática nas escolas, no mínimo, desenvolvam empatia pelo estudo da gramática. Sobre o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa, também, Antunes (2004, p 19) esclarece que:

Um exame mais cuidadoso de como o estudo da língua portuguesa acontece, desde o Ensino Fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas.

Fica entendido que a própria gramática deve tornar-se atrativa aos alunos, para que isso aconteça, é necessário que o ensino de gramática nas escolas assuma um novo perfil, sendo mais acessível e compreensível aos alunos.

Alguns desafios são difíceis no andamento, mas é válida a tentativa de transformar o processo do ensino de gramática. O professor deve explorar atividades mais dinâmicas e contextualizadas que proporcionem sentido aos alunos, além de ministrar aulas de maneira interessante, deve convencer os alunos da importância de “saber gramática”, não através de um processo que se dá de forma monótona e fria, muito menos, frisar como exigências para o currículo escolar, mas que se percebida de forma correta servirá para toda a sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi apresentado neste trabalho, teve como pretensão apresentar algumas considerações sobre o sistema atual de ensino; como acontecem as aulas de Língua Portuguesa e de que maneira ocorre o ensino/aprendizagem de gramática. Para isso, buscou-se descrever a evolução diacrônica desse ensino nas escolas públicas do país para compreender mais profundamente o funcionamento do ensino ao longo da história e conseqüentemente entender os reflexos encontrados na atualidade.

Tendo em vista a pesquisa realizada para a confecção deste trabalho, bem como os resultados adquiridos, percebeu-se que, para os alunos, os professores obtiveram uma formação que os capacitaram a exercerem o trabalho de atuação docente em sala de aula. Os mesmos, segundo os alunos, mostram possuir conhecimento sobre suas responsabilidades como docentes formadoras de sujeitos críticos que refletem sobre a língua materna, e não apenas reprodutores de discursos vistos no âmbito escolar. Assim, entende-se que os problemas encontrados não são apenas de responsabilidade dos docentes, contudo, é importante afirmar que há uma defasagem na formação desses docentes, quando se refere a práticas de ensino inovadoras, se tratando das aulas de gramática.

Foi possível perceber que os discentes das escolas públicas de ensino ainda não estão alcançando os resultados devidos em Língua Portuguesa, às vezes por possuírem pouco interesse em dominar, não apenas regras e conteúdos gramaticais, mas, também, leitura, interpretação de texto e escrita coesa e coerente. Os alunos veem-se desmotivados quando se deparam com um amontoado de conteúdos, regras, classificações e nomenclaturas, perdendo assim o foco principal do ensino de Língua Portuguesa.

Constatou-se que, quanto ao ensino de gramática, as escolas ainda acarretam conceitos equivocados e, por esse motivo, torna-se desestimulante aos alunos, sem contar que ainda há a valorização excessiva de alguns conteúdos que conseqüentemente compromete também a formação do aluno para uma atuação adequada referente ao domínio e reflexão sobre a Língua Portuguesa.

Os objetivos propostos para essa pesquisa foram completamente alcançados; a investigação revelou os principais desafios a serem enfrentados não apenas pelos docentes, mas por todo o sistema de ensino, se dispostos a alcançarem um ensino/aprendizagem eficiente na escola

pública. Foi visto também, de acordo com a realidade escolar, as possibilidades de proporcionar mudanças significativas no ensino de Língua Portuguesa nas escolas, sendo este um dos deveres dos principais responsáveis pela escolarização proficiente no ensino público que é, justamente, a permanência em proporcionar mudanças e melhorias para que a capacitação dos alunos flua sempre com eficácia.

Assim, a pesquisa revelou importantes descobertas sobre o sistema de ensino, possibilitando a reflexão e até mesmo, impulsão à transformação das práticas pedagógicas dos professores de Língua Portuguesa inseridos no atual sistema de ensino.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Irlandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____ **Aula de Português: Encontro & Interação.** 2ª Ed., Parábola, 2003.

ARAÚJO, A. M. **A primeira gramática da língua portuguesa?** VIII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, on-line, Rio de Janeiro, 2004. Disponível: <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/resumos/aprimeiragramatica.htm>. Consultado em 9 de Dezembro de 2014.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil.** 4.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

BARBOSA, Afrânio. Gonçalves Barbosa. **Saberes gramaticais na escola.** In: VIEIRA, Sílvia; BRANDÃO, Sílvia (Orgs.). Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em portal.mec.gov.br

_____ **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** MEC, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei 15 de outubro de 1887. **Carta de Lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o decreto da Assembleia Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, na forma acima declarada.** Brasília: Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1887. Disponível em URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm.

CASAGRANDE Nancy dos Santos. **A implantação da língua portuguesa do Brasil do século XVI: um pequeno historiográfico**- São Paulo: EDUC, 2005. 225 p.; 21cm.

CASTILHO, Ataliba. **Como, onde e quando nasceu a língua portuguesa?** , 2009 Disponível em: http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_9.pdf.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto. **Por uma Teoria Lingüística que Fundamente o Ensino da Língua Materna**. Educar em revista. Curitiba, V. 15, p. 179 – 194, 2000.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

ILARI, R. **A lingüística e o ensino da língua portuguesa**. 4. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade: In DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo** / Mara da Graça Nicoletti Mizukami. São Paulo: EPU, 1986.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática-história, teoria, análise e ensino**. São Paulo. UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2002.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado das letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

_____. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 6. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1978.

SALINO Emerson. **O século XIX abre as portas para a educação: o ensino de língua portuguesa no colégio D. Pedro II**. 2012. 110 f. Mestrado (Língua Portuguesa) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/20/TDE-2012-11-10T0714:56Z-13041/Publico/Emerson%20Salino.pdf Acesso em: 12 de Dezembro de 2014.

SAVIANI, Dermeval, 1944- **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas- 7 ec.** – Campinas SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, M.B. Nizza da: **História da colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Colibri, 1999.

SILVA, Délcio Barros da. **As principais tendências pedagógicas na prática escolar brasileira e seus pressupostos de aprendizagem**. Disponível em: http://www.ufsm.br/lec/01_00/DelcioL&C3.htm>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SOARES, Magda. **O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor/leitor**. In: MARINHO, M. (org.) *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2001b. p. 31-76.

THOMAZ, Jaime Roberto- **A educação no Brasil nos dias atuais**, 2009. Disponível em: <http://www.oartigo.com/index.php/?educacao/a-educacao-no-brasil-nos-dias-atuais.html> Acesso em: 12 de Dezembro de 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º grau**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Gramática: ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2004.

TOMAZ, Andréia; SARTOR, Silvana de Bona. **Atividades para trabalhar didaticamente conteúdos de geografia na 6ª série do ensino fundamental**, Porto Alegre, 2010.

VEJA on-line. [on-line]. **O ensino médio do Brasil estava ruim. Está pior**. Publicado em 06 de março de 2013 às 12:23 Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/ensino-medio-brasileiro-era-ruim-e-esta-pior#texto1>.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.